

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA  
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIAS,**

**CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 001/2021**

O **INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO - IGH**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o CNPJ 11.858.570/0001-33, através de seu representante legal que a esta subscreve, vem, respeitosamente, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** quanto ao teor do Edital do Chamamento Público nº 01/2021, que tem como objeto a seleção de organização social para celebração de Contrato de Gestão objetivando o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde, em regime de 24 horas/dia, no HOSPITAL ESTADUAL GERAL E MATERNIDADE DE URUAÇU (HEMU), pelos fatos e motivos que ora passa a expor.

De plano, saliente-se a necessidade imperiosa de **manifestação imediata dessa Comissão de Licitação quanto ao teor do presente pedido de esclarecimento**. Isso porque o registro ora trazido à lume, se não esclarecido prontamente, poderá inviabilizar a adequada compreensão do edital do certame, vindo a prejudicar a participação desta e outras organizações no certame em tela, conforme se verá em seguida.

**1. DOS ESCLARECIMENTOS**

**1.1. DA IMPRECISÃO DOS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA QUE COMPÕEM O CRITÉRIO FA.3**

Conforme se verifica do item 10.3 e seguintes, o edital apresenta roteiro para a elaboração de propostas para participação no certame em tela. Especificamente no item 10.5 do Anexo I – Termo de Referência do edital, a Administração elencou os



requisitos de avaliação da estrutura e experiência da Diretoria da Organização Social, aos quais serão atribuídas pontuações que determinarão a ordem classificatória do certame licitatório. Entre as comprovações exigíveis, foram relacionadas as que seguem:

“10.5. Estrutura e experiência da Diretoria:

Apresentação de organograma com definição das competências de cada membro **do corpo diretivo**.

Apresentação da Titulação de especialistas em administração/gestão hospitalar dos **membros da diretoria e coordenações**.

Descrição do **organograma do Hospital** até o terceiro nível: Diretor Geral, Diretor Técnico (Médico), Diretor Administrativo e Financeiro, Gerente Operacional de Enfermagem e Chefias de Unidade/Serviços/Clínicas.

O ente interessado deverá apresentar currículos com documentos comprobatórios das experiências citadas e atestado fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público ou Privado, **registrado no Conselho de Classe** competente da jurisdição do serviço a ser prestado, dos postos correspondentes aos dois primeiros níveis.”.

Na sequência da análise do documento, tem-se a especificação dos parâmetros para julgamento das propostas, oportunidade em que cada grupo de requisitos foi devidamente elencado, fazendo constar:

“3.1. Experiência anterior da Organização Social ou de seus gestores em Gestão de Hospitais 19 pontos

**3.2. Estrutura e experiência da Diretoria 09 pontos**

3.3. Implementação de Serviços e Funcionamento de Equipe Interdisciplinar 11 pontos

3.4. Implantação de Funcionamento de Outros Serviços 10 pontos

3.5. Políticas de Recursos Humanos 07 pontos

3.6. Metodologia de Projeto 04 pontos”.





Considerando tais informações, entende-se que ao critério 10.5 – Estrutura e experiência da Diretoria serão atribuíveis, no máximo, 9 pontos a cada concorrente. A partir da folha 53, o edital passa a esmiuçar cada um dos requisitos, indicando:

“3. Qualidade técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente ou do corpo diretivo quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:

(...)

**Apresentação de organograma com definição das competências de cada membro do corpo diretivo** 02 pontos

Titulação de especialistas em administração/gestão hospitalar dos membros da diretoria e coordenações (cada profissional poderá obter no máximo 0,5 ponto) 04 pontos

Experiência mínima de 1 ano da Diretoria da Organização Social em Saúde no gerenciamento de Unidade Hospitalar (cada Diretor poderá obter no máximo 0,5 ponto) 03 pontos”

Em que pese o esforço na elaboração do instrumento convocatório, ao sentir desta Instituto, não ficaram suficientemente esclarecidos quais são os critérios de avaliação referentes ao item sob análise, nem mesmo quais seriam as comprovações de juntada necessária para obtenção da pontuação prevista. Vejamos.

O item 10.5. Estrutura e experiência da Diretoria **requer a apresentação de DOIS organogramas**, restando compreendida a necessidade de apresentação de um documento que retrate a estrutura e definição das competências de cada membro do corpo diretivo da organização social, e um organograma do Hospital cuja gestão é objeto do certame.

**Os critérios de pontuação, no entanto, especificam a atribuição de pontos somente mediante a apresentação do organograma da organização social licitante.** Neste sentido, entende-se que ao documento que especifique a estrutura de gestão do hospital (até terceiro nível) não será atribuído qualquer pontuação a ser considerada para fins de classificação de propostas. **Está correto este entendimento?**

18

Para além disso, o critério seguinte requer a apresentação de titulação de especialistas em administração/gestão hospitalar dos membros da diretoria e coordenações. **Entende-se que por “membros da diretoria e coordenações” devam ser compreendidos os profissionais vinculados à gestão da organização social licitante, não se relacionando com aqueles que atuarão na operacionalização do HEMU. Está correto o nosso entendimento?**

De igual modo, o critério de demonstração de experiência mínima de um ano, o critério claramente indica que se trata da qualificação dos dirigentes da organização social, independente de sua eventual atuação no hospital relacionado ao certame. **Está correto este entendimento?**

**Em tempo, para além da imprecisão da redação dada ao edital, por vezes o documento alterna o uso dos conceitos de “membros do corpo diretivo”, “membros da diretoria e coordenações” e “diretor”, inviabilizando a compreensão de quais profissionais poderão ser indicados para satisfação dos requisitos do edital. Considerando que tais conceitos não observam definição padronizada, é possível que tais figuras sejam identificadas de diferentes formas a depender dos estatutos sociais de cada organização interessada. Assim, imprescindível a padronização do edital, a fim de permitir a clara compreensão do que pretende essa Administração.**

#### **1.2. DA INADEQUAÇÃO DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO IMPOSTOS NO ITEM 10.5 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (critério de qualidade técnica, FA.3**

Para além das dúvidas quanto aos conceitos adotados no edital, cumpre ainda mencionar que os requisitos supra tratados, salvo melhor juízo, ainda guardam impertinência em relação à legislação pertinente à matéria.

Ainda que se compreenda a melhor das intenções da Administração quando da elaboração dos critérios dispostos no instrumento convocatório, mister considerar que a pretensão exposta no documento não se ajusta exatamente ao arcabouço jurídico que o orienta o presente certame. Isso porque, nos termos atuais, o critério disposto no edital acaba por privilegiar determinado tipo de qualificação, que



não se associa diretamente ao objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa ao Estado, impondo, assim, condição flagrantemente parcial e subjetiva. Vejamos.

Especificamente quanto ao critério supra destacado, cumpre mencionar, de logo, que **inexiste, no Brasil, qualquer regulamento acerca da atividade de gestão hospitalar que estabeleça a obrigatoriedade de prévia formação profissional.**

O debate quanto à reserva das atividades de gestão de unidades de saúde foi, inclusive, pauta levada ao Congresso Nacional, quando o Projeto de Lei nº 7.213/2017, de autoria do Deputado Moses Rodrigues, pretendeu disciplinar o exercício da atividade de administração hospitalar como privativa de Administradores ou de profissionais graduados em gestão hospitalar, ou que, possuidores de qualquer curso superior, tivessem concluído especialização em gestão hospitalar.

Após análise da Casa, **o Projeto foi rejeitado por constituir mera pretensão de reserva de mercado, sem suporte técnico suficiente e relevante.** No relatório da Comissão responsável, restou consignado o que segue<sup>1</sup>:

“A realidade atual mostra que a atuação de uma vasta gama de profissionais na gestão hospitalar é elemento essencial para o sucesso dessas instituições: **médicos, engenheiros, economistas, advogados além de administradores ocupam os principais cargos nos hospitais brasileiros, aplicando seus conhecimentos e construindo uma gestão multidisciplinar e efetiva. A aprovação desse projeto privaria essas instituições do conhecimento e expertise desses profissionais, além das experiências e contribuições dos diversos ramos do saber.**”.

Restou, portanto, fulminada a pretensão de restringir a execução das atividades de gestão hospitalar à específicas categorias profissionais, ou detentores de particular título de especialização em gestão hospitalar, **oportunidade em que foi**

---

<sup>1</sup> Extraído de:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1611910&filename=PRV+1+CTASP+%3D%3E+PL+7213/2017](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1611910&filename=PRV+1+CTASP+%3D%3E+PL+7213/2017). Último acesso em 08/04/2021;

**reafirmado que tais atribuições podem ser executadas por pessoas de distintas formações acadêmicas.**

É dizer, portanto, que não o gestor hospitalar não será, necessariamente, detentor de título de especialista na matéria específica, conforme pretende a atual exigência contida no edital. **Tal fato, no entanto, não descredibiliza a qualificação do profissional, ou de sua experiência técnica na gestão de unidades de saúde, o que pode ser legítima e justamente comprovada pelo histórico de sua atuação.**

Nesse sentido, portanto, reputa-se impertinente o requisito do edital, de logo, pelo fato de privilegiar, tão somente, a qualificação educacional formal, que, além de não ser obrigatória, não é apta a aferir maior ou menor qualificação técnica de qualquer profissional. Assim, **requer a modificação do teor do instrumento convocatório para estabelecer que a experiência mencionada no item 10.5 do Termo de Referência seja aferida, exclusivamente, a partir da comprovação de experiências prévias na execução das atividades de gestão hospitalar.**

Não bastasse tal fato, o instrumento convocatório ainda limita que requisito em apreço seja atendido, tão somente, a partir da apresentação de títulos emitidos em favor dos membros da Diretoria e Coordenações da organização interessada no certame, configurando outra hipótese de estabelecimento de critério ilegítimo, imparcial e subjetivo.

Reitere-se que, como citado anteriormente, não há formatação específica para os órgãos de gestão de organizações sociais de saúde, de modo que cada entidade opta pela composição jurídica que melhor se adequa aos seus interesses, compondo mais ou menos diretorias e coordenações. **Do modo como estabelece o edital, é possível que seja beneficiada organização social específica, exclusivamente em virtude dessa ter mais membros em seu corpo diretivo, o que não representa maior qualificação técnica da concorrente.**

Em verdade, via de regra, os diretores e coordenadores de uma organização social atuam nas atividades relacionadas a sua operação administrativa central, sendo confiado a profissionais técnicos qualificados e experientes a responsabilidade pela gestão de unidades de saúde, o que constitui atividade finalística de tais entidades. Não é praxe observar dirigentes de organizações atuando diretamente

mf



como gestores das unidades de saúde cuja operação se insere entre as competências da entidade.

No caso, **se mantida a exigência pela titulação de especialistas, deveria, ao menos, ser admitida a consideração das comprovações apresentadas por quaisquer profissionais vinculados à organização social concorrente**, que tenham experiência na gestão de unidades de saúde, não limitando a consideração somente dos documentos emitidos em favor de membros de diretoria e coordenações.

Sob o necessário prisma da objetividade dos critérios de seleção, interessa à Administração, tão somente, a constatação de que os licitantes detêm em seus quadros profissionais capazes de executar os serviços objeto do certame. O tipo de relação estabelecida entre o profissional e a organização social, no entanto, não se mostra relevante à aferição da capacidade técnica desta.

Pelo exposto, ante à ausência de justificativa técnica apta a sustentar a manutenção da especificidade do requisito editalício, seria de rigor a sua alteração para que assim preveja:

“Titulação de especialistas em administração/gestão hospitalar dos profissionais vinculados à entidade licitante”.

Nos mesmos moldes dos requisitos supramencionados, o edital ainda estabelece critério de avaliação de propostas assim especificado:

Experiência mínima de 1 ano da Diretoria da Organização Social em Saúde no gerenciamento de Unidade Hospitalar (cada Diretor poderá obter no máximo 0,5 ponto)

De igual modo, **não parece razoável admitir que somente sejam pontuadas as experiências anteriores dos dirigentes da organização social**. A limitação imposta pelo edital, mais uma vez, potencialmente privilegiará organizações com diretorias mais numerosas, e fatalmente desconsiderará experiências legítimas de outras entidades, exclusivamente em virtude da natureza do vínculo entre o profissional e a instituição. Este elemento não guarda qualquer pertinência com o real objetivo do certame, que é a seleção da melhor proposta à Administração, posto que não se presta a efetivamente demonstrar a qualificação técnica do concorrente.



Pelos motivos já expostos, não há qualquer justificativa técnica capaz de sustentar tal requisito, que se revela absolutamente subjetivo e indesejável à regularidade do certame. Assim, pugna pela formatação do específico teor do edital, para que assim passe a prever:

“Experiência mínima de 1 ano dos profissionais vinculados à Organização Social em Saúde no gerenciamento de Unidade Hospitalar (cada Diretor poderá obter no máximo 0,5 ponto)”.

## **2. CONCLUSÃO**

*Diante do exposto*, submetemos o presente requerimento ao crivo dessa Secretaria, com o pleito de que seja esclarecida a questão supra formulada com a brevidade que o caso requer, considerando o acolhimento de propostas previsto para ocorrer no próximo dia 14/06/2021.

Salvador, 26 de maio de 2021.

  
CARLA BAIÃO DULTRA

**Coordenadora de Licitação**